

2018 (Reapresentado)		2018 (Reapresentado)	
2019	2018	2019	2018
Prejuízo antes do imposto de renda e contribuição social	(752.355)	(35.633)	
Alíquotas nominais vigentes	34%	34%	
Imposto de renda e contribuição social esperada	255.801	12.115	
Diferenças permanentes	(29.172)	7.018	
Imposto de renda e contribuição social efetiva	226.629	19.133	
Imposto de renda e contribuição social diferidos	226.629	19.133	
Alíquota efetiva	-30%	-54%	
Os saldos de imposto de renda e contribuição social diferidos ativos são decorrentes das diferenças temporárias sobre as despesas pré-operacionais e poderão ser excluídas em quotas fixas mensais no prazo de 5 (cinco) anos, a partir do início das operações. Os saldos de imposto de renda e contribuição social diferido passivo sobre receita de contrato com clientes - CPC 47, são reconhecidos sobre a margem de implementação de infraestrutura e remuneração do ativo contratual, e serão tributados na proporção das operações, considerando as disposições da Lei 12.973 e Instrução Normativa 1.700. 14. Patrimônio líquido: a) Capital social: Em 31 de março de 2019 houve aumento de capital em R\$2.277.000 mediante a emissão de 2.277.000 ações ordinárias nominativas subscritas e integralizadas, no valor nominal de R\$1,00 cada, conforme Ata da Assembleia Geral Extraordinária realizada naquela data. Em 30 de junho de 2019 houve aumento de capital em R\$4.409.868, mediante a emissão de 4.409.868 ações ordinárias nominativas subscritas e integralizadas, no valor nominal de R\$1,00 cada, conforme Ata da Assembleia Geral Extraordinária realizada naquela data. Em 30 de setembro de 2019 houve aumento de capital em R\$5.138.000, mediante a emissão de 5.138.000 ações ordinárias nominativas subscritas e integralizadas, no valor nominal de R\$1,00 cada, conforme Ata da Assembleia Geral Extraordinária realizada naquela data. Em 20 de dezembro de 2019 houve aumento de capital em R\$1.476.000, mediante a emissão de 1.476.000 ações ordinárias nominativas subscritas e integralizadas, no valor nominal de R\$1,00 cada, conforme Ata da Assembleia Geral Extraordinária realizada naquela data. Em 27 de dezembro de 2019 houve aumento de capital em R\$277.932.516, com a subscrição particular de 277.932.516 novas ações ordinárias nominativas no valor de R\$1,00 cada, as quais serão integralizadas em moeda corrente nacional no exercício de 2020. Em 27 de dezembro de 2019 houve a integralização de capital em R\$250.000, da subscrição realizada em 20 de dezembro de 2019, conforme Ata da Assembleia Geral Extraordinária realizada naquela data. Em 31 de dezembro de 2019, o capital social subscrito da Companhia é de R\$292.182.516, representado por 292.182.516 ações ordinárias nominativas, parcialmente integralizado, em moeda corrente nacional, no montante de R\$14.500.000, dividido em 14.500.000 ações ordinárias nominativas, no valor nominal de R\$1,00 cada. b) Prejuízo Acumulado: A Companhia apresenta prejuízos acumulados no montante de R\$ 542.226 em 31 de dezembro de 2019. 15. Receita operacional líquida			
Receita bruta			
Receita de implementação da infraestrutura	17.246.285	1.810.824	
Margem de implementação da infraestrutura	53.924	(50.459)	
Remuneração do ativo de concessão	1.399.349	40.574	
Total da receita bruta	18.699.558	1.800.339	
Tributos sobre a receita			
PIS diferido sobre a receita de implementação da infraestrutura	(284.563)	(29.880)	
PIS diferido sobre a remuneração do ativo de concessão	(23.089)	(669)	
PIS diferido sobre a margem de implementação da infraestrutura	(890)	833	
DIRETORIA			
Marco Paulo Tanure - Diretor-Presidente		Carlos Frederico Pontual Moraes - Diretor	
RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS			

Aos Diretores e Acionistas da São Francisco Transmissão de Energia S.A. São Paulo - SP. **Opinião:** Examinamos as demonstrações financeiras da São Francisco Transmissão de Energia S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2019 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da São Francisco Transmissão de Energia S.A. em 31 de dezembro de 2019, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. **Base para opinião:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Ênfase sobre a representação dos valores correspondentes:** Conforme mencionado na nota explicativa 2.5, em decorrência da mensuração do ativo de contrato por conta da mudança da taxa de desconto aplicada e consequente mudança da taxa no ganho de eficiência da implementação da infraestrutura, o que é vedado pelo CPC 47 - Receita de contrato com cliente, os valores correspondentes referentes ao exercício anterior, apresentados para fins de comparação, foram ajustados e estão sendo reapresentados para refletir os ajustes identificados, como previsto na NBC TG 23 - Práticas Contábeis, Mudanças de Estimativa e Retificação de Erro. Nossa opinião não contém modificação relacionada a esse assunto. **Responsabilidades da Administração e da governança pelas demonstrações financeiras:** A Administração é responsável pela

elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os

pequeno ou inexistente, não observável ou líquido. Nesse nível a estimativa do valor justo torna-se altamente subjetiva. O valor justo dos recebíveis não difere dos saldos contábeis, pois têm correção monetária consistente com taxas de mercado e/ou estão ajustados pela provisão para redução ao valor recuperável, assim, não apresentamos quadro comparativo entre os valores contábeis e justo dos instrumentos financeiros. Os instrumentos financeiros da Companhia, constantes do balanço patrimonial, estão classificados hierarquicamente no nível 2 e apresentam-se pelo valor contratual, que é próximo ao valor de mercado.

20.1 Classificação dos instrumentos financeiros por categoria

Ativos mensurados pelo custo amortizado	Nível	2019	2018
Bancos	2	23.836	17.212

Passivos mensurados pelo custo amortizado

Nível	2019	2018	
Fornecedores	2	5.800.804	1.502.962

21. Gestão do capital: A Companhia utiliza capital próprio para o financiamento de suas atividades. Adicionalmente, a Companhia monitora sua estrutura de capital e a ajusta, considerando as mudanças nas condições econômicas. O objetivo principal da Administração é assegurar recursos em montante suficiente para a continuidade das obras. **22. Gestão de risco:** As operações financeiras da Companhia são realizadas por intermédio da área financeira de acordo com uma estratégia conservadora, visando segurança, rentabilidade e liquidez, e previamente aprovada pela Diretoria do Grupo. Os principais fatores de risco de mercado que poderiam afetar o negócio da Companhia são: a) **Riscos de taxa de juros:** Os riscos de taxa de juros relacionam-se com a possibilidade de variações no valor justo dos contratos no caso de tais taxas não refletirem as condições correntes de mercado. Apesar de a Companhia efetuar o monitoramento constante desses índices, até o momento não identificou a necessidade de contratar instrumentos financeiros de proteção contra o risco de taxa de juros. b) **Riscos de preço:** As receitas da Companhia são nos termos do contrato de concessão a RAP, reajustadas anualmente pela ANEEL. c) **Riscos cambiais:** A Companhia faz acompanhamento periódico sobre sua exposição cambial e até o presente momento não identificou a necessidade de contratar instrumentos financeiros de proteção. d) **Riscos de liquidez:** A Companhia acompanha o risco de escassez de recursos por meio de uma ferramenta de planejamento de liquidez recorrente. O objetivo da Companhia é manter o saldo entre a continuidade dos recursos e a flexibilidade por meio de contas garantidas e financiamentos bancários. A política é a de que as amortizações sejam distribuídas ao longo do tempo de forma balanceada. A previsão de fluxo de caixa é realizada de forma centralizada pela Administração da Companhia por meio de revisões mensais. O objetivo é ter uma geração de caixa suficiente para atender as necessidades operacionais, custeio e investimento da Companhia. **23. Eventos subsequentes: a) Aumento de capital:** Em 06 de março de 2020 houve aumento de capital em R\$ 3.280.000, mediante a emissão de 3.280.000 ações ordinárias nominativas subscritas e integralizadas, no valor nominal de R\$1 cada, conforme Ata da Assembleia Geral Extraordinária realizada naquela data. **b) Impactos da COVID-19 (Coronavírus) nos negócios da Companhia:** A Administração da Companhia está acompanhando os possíveis impactos da COVID-19 em seus negócios. Adicionalmente, foram avaliados os possíveis impactos em relação aos saldos, divulgados a seguir: A Companhia mitiga os riscos de volatilidade do mercado financeiro efetuando aplicações em investimentos que possuem remuneração fixa, tendo em vista seu perfil conservador. Atualmente, não há previsão de atraso nas construções que possa afetar as receitas de infraestrutura constantes em suas estimativas para recuperabilidade do imposto de renda diferido. Na data dessas demonstrações contábeis não é possível mensurar outros riscos que possam surgir e consequentemente resultar eventuais perdas que essa pandemia poderá gerar sobre suas estimativas ou sobre os negócios da Companhia.

CONTADORA

Sandra Soares Máximo - CRC 1SP-301581/O-2

controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluímos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que eventualmente tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

São Paulo, 18 de junho de 2020

ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S.S.
CRC - 2SP034519/O-6
Adilvo França Junior
Contador - CRC - 1BA021419/O-4-T-SP

INTS - INSTITUTO NACIONAL DE TECNOLOGIA E SAÚDE

CNPJ: 11.344.038-0001-06

DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS ENCERRADAS EM 31/12/2019 - UPA II 24 HORAS - DRA. CORASI ALVES DE ANDRADE

Em cumprimento às disposições legais, submetemos à apreciação das Demonstrações Contábeis encerrada em 31/12/2019 em Reais.

Balanço Patrimonial em 31 de Dezembro de 2019				Demonstração do Resultado do Exercício em 31/12/2019			
Ativo	Nota	2019	Passivo	Nota	2019		
Circulante		3.084.102	Circulante		2.853.957	Receita dos Serviços Prestados	1.477.803
Caixa e Equivalentes de Caixa	1	1.481.569	Fornecedores	2	395.285	Serviços Prestados	1.477.803
Com Restrição		1.481.569	Obrigações Sociais e Trabalhistas	3	176.235	(=) Receita Operacional Líquida	1.477.803
Créditos a Receber		1.602.533	Obrigações Tributárias	4	13.240	(-) Custos dos Serviços Prestados	(954.440)
Com Restrição		1.600.000	Recurso de Convênio e Contratado a Realizar		2.269.197	Custos com Pessoal	(795.729)
Adiantamentos		2.533	Não Circulante		230.145	Custos com Serviço de Terceiros	(113.120)
Total do Ativo		3.084.102	Operações entre Unidades		230.145	Custo com Material e Medicamentos	(45.592)
			Total do Passivo		3.084.102	(=) Resultado Bruto	523.363
I. Objetivo e Contexto Operacional da Entidade: O INTS – Instituto Nacional de Tecnologia e Saúde, é uma Organização Social sem fins lucrativos, qualificada de Utilidade Pública Municipal, com atuação na área da saúde, com foco na pesquisa e inovação das melhores práticas tecnológicas para a gestão pública e operação de unidades na área da Saúde, bem como ações e serviços de promoção da saúde, sem contraprestação dos usuários. Em 01 de novembro de 2019 foi firmado contrato com o INTS e o Município de Mogi das Cruzes denominado contrato de Gestão Nº 43354/2019, que tem por objeto a gestão, o gerenciamento e a execução das atividades e dos serviços de saúde da Unidade de Pronto Atendimento - UPA II 24 HORAS, sendo que as Demonstrações Contábeis e Notas Explicativas, hora apresentadas, relacionadas apenas as operações advindas desse contrato de gestão. II. Apresentação das Demonstrações Contábeis: As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB) e também de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BR GAAP), Resolução CFC n.º 1.409/12 – que aprova a ITG							
2002 – Entidades sem Finalidade de Lucro, Resolução CFC n.º 1.255/09 e suas alterações – que aprova NBC TG 1000 – Contabilidade para Pequenas e Médias Empresas, e Demais NBC TG, quando aplicáveis. III. NOTAS EXPLICATIVAS: 1- A Entidade não possui recursos em Caixa, os recursos recebidos em razão de convênio são alocados em contas correntes que foram criadas especificamente para gerir os mesmos e serem devidamente aplicados, aqui qualificados como "Recursos com restrição". As aplicações financeiras referem-se substancialmente a CP Automática, remuneradas a taxas de mercado. Esses Recursos financeiros "com restrição" têm uma destinação específica ao objeto do contrato, sendo chamados de recursos carimbados, demonstrados por rubricas pré-definidas que determinam os gastos relacionados aos recursos captados, não podendo haver superávit. 2- O Passivo é composto por valores nominais e representados pelo saldo constante em 31 de dezembro de 2019, contabilizados de acordo com o regime de competência, 3- As obrigações decorrem basicamente da folha de pagamento da Entidade, 4- A maior parte das obrigações fiscais estão relaciona-							
das a impostos retidos. 5- Até a data da aprovação das demonstrações contábeis e notas explicativas não houveram fatos relevantes que gerasse a necessidade de informar nas demonstrações contábeis e/ou em notas explicativas.							
Reconhecemos a exatidão do presente Demonstrações Contábeis. Salvador-BA, 31 de dezembro de 2019							
EMANOEL MARCELINO BARROS SOUSA - Presidente - INTS DANIELA SANTIAGO - Contador - INTS - CRC-GO 023.084/O-9							

